

Alberto L. Bialakowsky* Ana L. López**
M. Mercedes Patrouilleau***

PRÁTICAS GOVERNAMENTAIS NA REGULAMENTAÇÃO DE POPULAÇÕES EXTINGUÍVEIS

Este trabalho destina-se a analisar as práticas governamentais situadas em contexto de mudança de época, quando a produção de pobreza e as populações segregadas já não sofrem intervenções como outrora pelas diversas instituições apontadas como eixo das práticas disciplinares (Foucault, 2000). Propõe-se assim a identificar conteúdos nas determinações dessa nova regulamentação social em seus múltiplos aspectos, que resultam sistêmicos e que podem se singularizar temporal e regionalmente, tentando descobrir relações específicas entre a constituição da força de trabalho e as condições de vida. O enunciado e a descoberta das ditas regulamentações apresentam-se, destarte como canais de interrogação.

Por um lado, esses eixos de interrogação podem remeter à análise das composições setoriais e à distribuição dos recursos na sociedade (Cimadamore, 2005), assim como à detecção de seus responsáveis sociais: os *perpetradores* (Alvarez Leguizamón, 2005, p. 22). Por outro lado e comple-

* Sociólogo. Professor titular. Diretor do Projeto de Pesquisa UBACyT S015: *Exclusão – Extinção Social e Processos de Trabalho Institucionais. Dispositivos de Intervenção Transdisciplinares*, Instituto de Pesquisas Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires. Coordenador do Grupo de Trabalho 19: Reestruturação produtiva, Trabalho e Dominação social de ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia).

** Socióloga. Integrante do Projeto de pesquisa UBACyT S015.

*** Socióloga. Bolsista de Doutorado do Projeto de Pesquisa UBACyT S015. Agradecemos especialmente a colaboração de Rocío Martínez Schnaider e Nora M. Haimovici, pelas contribuições a este trabalho e os comentários acerca dele.

mentarmente, poderia se problematizar, como o faremos aqui, sobre as questões do *método*, ou seja, acerca da *ordem* na reprodução e ampliação das brechas da desigualdade, do desemprego e da pobreza. O *método*, então, não se apresenta em primeiro plano, pois se refere, nesse contexto discursivo, às práticas, processos de trabalho, paradigmas e pensamentos sociais que, de forma articulada institucionalmente, incidem nos processos de exclusão sociolaboral e proporcionam-lhes um revestimento de *processos naturais*.

O método encontra-se a meio caminho entre o plano estratégico e os conteúdos nas práticas do biopoder, de modo que as cifras e as amostras aqui utilizadas não se atêm a definir indivíduos em particular e suas qualidades, mas a descobrir o exercício das práticas e dos processos que os constituem coletivamente. A descoberta do método, encarnado nas práticas institucionais governamentais, implica: a) uma descrição de processos sociais que singularizam o sistema; e b) as principais dimensões que caracterizam as práticas institucionais que convergem na desa(se)gregação sociolaboral e suas modulações como população excedente, potencialmente extingüível.

Com esse objetivo, o percurso proposto inicia com as hipóteses que sustentarão as interrogações deste estudo; seguem-se notas referentes à metodologia adotada tanto no rastreamento de dados como em sua interpretação, avançando em seguida quanto às análises particular e transversal das dinâmicas mencionadas anteriormente no jogo da modelação metódica inseridas nos processos de exclusão-extinção social. Por último, apresentam-se reflexões finais em torno das hipóteses e questões expostas ao longo do texto.

Hipóteses

O sistema capitalista pode ser definido contemporaneamente por meio de um processo que expressa uma grande contradição: a possibilidade de autodestruição manifestada na desagregação da classe trabalhadora como classe assalariada universal e submetida hoje a uma dinâmica social de reconversão em *força de trabalho supérflua* (Mészáros, 2003; Antunes, 2005). O capitalismo define-se basicamente por sua hegemonia (legitimação) sobre o processo de obtenção e apropriação da mais-valia proveniente do trabalho coletivo da mão-de-obra assalariada. A crescente diluição de frações da classe dos que sobrevivem da venda de seu trabalho (Antunes, 2003) significaria, então, reforçar uma contradição em sua estrutura básica de reprodução sistêmica, no tocante aos padrões clássicos de repro-

dução. Se isso é verdade, o sistema abandonaria as bases convencionais da sua hegemonia, passando para uma fase mais coativa, aprofundando a extinção social de frações de produtores. Esse enfoque sobre o capitalismo globalizado poderia se caracterizar contemporaneamente pelo atravessamento sistêmico do *continuum* exclusão-extinção social (Bialakowski et al., 2004).¹ Tal *continuum* estende, metaforicamente, o conceito de biopolítica de Foucault, para compreender as regulações do *fazer viver e deixar morrer*, e para incluir a emergência de formas *tanatopolíticas* (Agamben, 2003) do *fazer extinguir*.² Com esses enunciados, *especifica-se* a diáde

1 Para o conceito de *exclusão social*, retomam-se as contribuições de R. Castel (2001), ao sustentar que o conceito não se baseia na diferenciação entre um “in” e um “out”, mas em um *continuum* de posições que coexistem em um mesmo conjunto. Com *extinção social*, faz-se referência ao desolajamento de segmentos de população das condições de reprodução da vida e à forma de regulação que abandona o horizonte de integração social (Bialakowski et al., 2004). Outra contribuição para esse conceito aparece na publicação de Sousa Santos (2006, p. 54-55): “Mas há um sistema de exclusão, de pertença hierarquizada, onde o que está abaixo está fora, não existe: é descartável, é imprestável, desaparece. A Sociologia das Ausências tenta trazer para o centro de nossa discussão o sistema de exclusão. Michel Foucault foi de grande importância, com seus estudos sobre a normalização, para ver como se cria a exclusão: um outro que fica totalmente fora. Neste momento temos que analisar essas duas formas de desigualdade/exclusão por várias razões. Primeiro, porque o que está ocorrendo hoje – sem que o saibamos muito bem, não o teorizamos – é que cada vez mais pessoas passam do sistema de desigualdade para o sistema de exclusão; de estar dentro de uma maneira subordinada a estar por fora, a sair do contrato social, da sociedade civil: são os desempregados que não têm esperança de voltar a ser empregados; e os jovens em milhares de guetos urbanos nas grandes cidades. [...] O sistema de exclusão tem um extremismo que todos nós conhecemos: foi pelo extermínio de judeus e de ciganos no Holocausto, e que hoje temos no Sudão, como o tivemos em Ruanda e Burundi. O sistema de desigualdade também tem uma forma extrema: a escravidão. O problema é que as formas extremas continuam existindo, não são parte do passo mas sim do presente [...]”.

2 A população extingüível, como se enuncia no título deste trabalho, é aquela colocada em curso do *continuum* de exclusão-extinção social sobre a qual se potencia a ameaça genérica de exclusão da vida do sistema capitalista neoliberal, distanciado já dos padrões de modelos keynesianos, social-democratas ou socialistas. Essa população está subordinada, submetida, a regulações em que se extrema, parafraseando Espósito (2005, p.21), a “indistinção entre conservação e exclusão da vida”. “Simultaneamente à afirmação da biopolítica, se assiste, de fato, a um deslocamento e a uma progressiva ampliação, para além dos limites do estado de exceção, das decisões sobre a vida nua em que consistia a soberania. Se, em todo Estado moderno, há uma linha que marca o ponto em que a decisão sobre a vida se torna decisão sobre a morte e em que a biopolítica pode, assim, se transformar em tanatopolítica, esta linha já não se apresenta hoje como uma fronteira fixa que divide duas zonas claramente separadas: é antes uma linha móvel atrás da qual ficam situadas zonas mais e mais amplas da vida social [...] (Agamben, 2003, p. 155).

“normalidade-anormalidade”, em referência a práticas e processos sociais pelos quais se oficializa a impossibilidade de absorver a força de trabalho empregável.

As últimas décadas do século XX marcaram o fim do modelo de Estado de bem-estar, cujo horizonte tendia à social-democracia e cujo ordenamento sistêmico sobre os trabalhadores parecia abarcar todas as práticas governamentais *biopolíticas*, a gestão da vida. Foucault (2000) analisou o estreito encontro entre o poder sobre a vida e a morte do regime nazista. Embora, atualmente, não ocorra essa modalidade de genocídio planejado com objetivos definidos pelos mesmos critérios do extermínio nazista (Feierstein, 2005), há o surgimento de complexos e diversos processos de extinção social derivados da estrutura socioeconômica e de suas regulamentações institucionais.

Essas formas que caracterizam atributos da passagem social de inter-séculos podem ser definidas como (neo)fascismos societais (Sousa Santos, 2005), inaugurando a nova *Grande Segregação* (Bergalli, 1997) e sendo expressões do *continuum* de exclusão-extinção social, cujas dinâmicas relevantes convergem e constituem processos intersectados de *desnormalização* laboral³ e educativa, segregação espacial (Bialakowsky et al, 2005), nova gestão punitiva (Wacquant, 2000) e fragilização dos corpos, entre outras dinâmicas que compõem a mudança sistêmica. Suas atuais *lager*⁴ de exclusão têm correspondência com reedições de prisões, campos de refugiados e núcleos urbanos segregados (favelas, inquilinatos, barracos, *slums*, *cités*). Nesse enfoque conceitual, o sistema define-se por seus extremos segregados, não como excrescências, mas por suas contradições centrais. O *tanatotoder* pode se expressar tanto por meio de dispositivos convexos (en-

3 Embora o conceito seja desenvolvido no próximo tópico, poderia se adiantar que se trata de uma categoria que tenta expressar um deslocamento da força de trabalho para um espaço ainda mais subordinado, com dois significados: o primeiro refere-se à impossibilidade da venda de trabalho, e o segundo significado, à ruptura das práticas disciplinares de normalização da força de trabalho, tal como Michel Foucault (2003, p. 143-144) o definira: “nesta terceira função das instituições de seqüestro através dos jogos de poder e saber – poder múltiplo e saber que interfere e é exercido simultaneamente nestas instituições –, temos a transformação da força do tempo e da força de trabalho e sua integração na produção. Que o tempo da vida se converta em tempo de trabalho, que este por sua vez se transforme em força de trabalho e que a força de trabalho passe a ser força produtiva; tudo isto é possível pelo jogo de uma série de instituições que, esquemática e globalmente, se definem como instituições de seqüestro”.

4 Referência aos campos de extermínio do regime nazista.

carceramento massivo, por exemplo), como por programações côncavas, cingidas por *armaduras* governamentais⁵ das quais as populações não podem se liberar (flexibilização laboral, por exemplo) (Rose, 1996).

Os trabalhadores podem ser identificados pelos níveis de inclusão, começando pelos mais até chegar aos menos incluídos. Nossa análise busca proceder de outra forma, iniciando da categoria de totalmente excluído ou totalmente improdutivo para o centro, até chegar ao núcleo estável do emprego assalariado. Classicamente, o *exército de reserva* e a *população excedente* foram definidos como componentes da dinâmica do mercado de trabalho. No contexto atual, essa situação é alterada: a massa marginal, funcional ou não (Nun, 2001), está ameaçada pelo desterro definitivo por meio do desalojamento laboral. Os processos dos anos 1990 provocaram demissões que consolidaram o desemprego estrutural e a precarização. Subcontratações, deslocalização e externalização (*offshore, outsourcing*) (Del Bono, 2002) completam o quadro.

Essas operações modulam um novo *espectro* que atravessa as coletividades e os corpos e se constitui em uma ameaça coercitiva cuja força obtém, por um lado, o disciplinamento no entorno da organização laboral e, por outro, a naturalização do processo de gestão global da força de trabalho empregada como apenas um recurso a mais, coisificada e considerada ficcionalmente da mesma forma que outros bens cuja substituição parece infinita. Cabe descobrir, então, as dimensões e regulamentações convergentes que caracterizam sua modulação, entre as quais se destacam a gestão punitiva de populações (im)produtivas excedentes, a subproletarização (Antunes, 2005), sua diagramação espacial guetificante e os diferentes aspectos de fragilização dos corpos. Essa diagramação espacial guetificante remete às metáforas geográficas utilizadas por Deleuze e Guattari, pelas quais se pode fazer uma “cartografia” indicando limites geográficos reais e segregações espaciais para o caso das favelas crescentemente militarizadas, cercadas, vigiadas e demarcadas por fronteiras físicas e por estigmas e barreiras sociais.

5 Entre os diversos significados que se atribuem ao conceito de *governamentalidade*, aqui se refere mais particularmente a um dos atribuídos por Michel Foucault (2006, p. 136) em seu curso no Collège de France, 1977-1978, em que alude com essa palavra a: “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”.

Notas metodológicas

A linha de indagação proposta requer que nos detenhamos para refletir sobre o modo como se elaboram os dados, para então, a partir destes, empreender a leitura sobre o social. O método, é claro, nunca é indiferente à capacidade de compreensão e crítica sobre a realidade; significa uma ferramenta de análise que necessariamente deve ter flexibilidade, evitando assim se transformar em um instrumento estático, rígido e predefinido, que obstrua a capacidade de descobrir e produzir. Descobrir processos, eis nosso tema central; então, como demonstrá-lo?

Por um lado, as cifras apresentam-se como possibilidade de descoberta; assim tratamos de elaborar alguns de seus registros, selecionados como significativos, interrogando sobre suas tendências e sua variabilidade. No entanto, o quantitativo não pretende, nesta exposição, de modo algum, ser exaustivo; tenta, isso sim, em termos metafóricos, emular o sentido último de uma *amostra* que, como tal, representará uma parte do universo. Assim, a cifra será principalmente modelo e não abrangerá o fenômeno em sua totalidade senão que demonstrará apenas *indicativamente* traços que poderiam caracterizá-lo, descobrindo sua estrutura em contraste com o marco conceitual.⁶

Nessa orientação, servimo-nos também da análise qualitativa e particularmente do tipo *icônico*, ao modo como Michel Foucault tomava um projeto arquitetônico e configurava, a partir deste, uma caracterização sobre o social, tal como a utilização teórica do dispositivo panóptico para compreender as instituições da *sociedade disciplinar* e as projeções do biopoder.⁷ Essa metodologia, estimamos, produz sobretudo efeitos

6 Nesse sentido, as cifras aqui se apresentam como paradigmáticas: “Significa, enfim, trabalhar por paradigmas, neutralizando a falsa dicotomia entre universal e particular. Um paradigma (o termo em grego quer dizer simplesmente ‘exemplo’) é um fenômeno particular que, enquanto tal, vale por todos os casos do mesmo gênero e adquire assim a capacidade de constituir um conjunto problemático mais vasto” (Agamben, 2004, p. 13).

7 “O Panóptico”, dirá Foucault (1989a, p. 208-209), “[...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens [...] pode ser muito bem apresentado como um puro sistema arquitetônico e ótico: é de fato uma figura de tecnologia política que se pode e que se deve desprender de todo uso específico [...] É polivalente em suas aplicações; serve para emendar os presos, mas também curar os doentes, para instruir os escolares, guardar os loucos, vigiar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos uns em

de compreensão, recupera uma forma da demonstração e principalmente abre espaço a uma interpretação mais profunda e qualitativa do fenômeno abordado.

Em síntese, o desenvolvimento metodológico toma a cifra a partir de uma perspectiva qualitativa e não o contrário, como também o qualitativo toma a forma do enfoque icônico, paradigmático. Esses eixos metodológicos resultam úteis para a compreensão de dinâmicas sociais que, normalmente, são difíceis de apreender com instrumentos qualitativos ainda insuficientes, quando não inexistentes ou inadequados. A cifra representa assim, neste estudo, tendências fenomênicas, e os ícones erigem-se como modelos para se compreenderem questões que, no sistema capitalista atual, se encontram *fetichizadas* ou despojadas de uma compreensão mais abrangente.

Propomos uma configuração de dimensões tais como normalização, guetificação, gestão punitiva e fragilização dos corpos, com a utilização de dados secundários particularmente referidos à Argentina. Por sua vez, a análise complementa-se com a seleção, em cada caso, de *cenários ou figuras icônicas*, baseadas em fatos que são ilustrações hologramáticas.⁸ Neste texto, tentamos entrelaçar cifra e qualidade, em um exercício analítico inspirado, por sua vez, no paradigma da complexidade, por meio da abordagem multidimensional e transdisciplinar. A articulação metodológica e conceitual das diferentes dimensões propõe assim aprofundar o campo complexo na gestão da população *empobrecida* e, por intermédio dela, a caracterização do próprio sistema por seus extremos.

relação aos outros, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de seus modos de intervenção, que se pode utilizar nos hospitais, nos escritórios, nas escolas e nas prisões”. Em uma reportagem realizada com o próprio Foucault, interrogado sobre o significado da descoberta do panóptico, respondia: “O próprio nome de ‘panóptico’ parece fundamental. Designa um princípio global. Bentham não imaginou, pois, simplesmente uma afigura arquitetônica destinada a resolver um problema concreto, como o da prisão, da escola ou do hospital. Proclama uma verdadeira invenção que ele mesmo denomina de ‘ovo de Colombo’” (Foucault, 1989b, p. 11).

⁸ Com *hologramático*, referimo-nos à definição de E. Morin de um dos princípios que o pensamento complexo deve seguir: “Como num holograma, em que cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado, em toda organização complexa não só a parte está no todo como também o todo está na parte” (Morin, 2002, p.29). Desse modo, quer-se ressaltar a capacidade descritiva das amostras para a compreensão de dinâmicas gerais do sistema.

O ABANDONO DA NORMALIZAÇÃO ANTECEDENTE. DO *HOMO FABER* AO *HOMO SACER*⁹

Começamos por nos interrogar como é possível pensar um processo de mudança no qual se desenvolvem tensões cruciais na acumulação e na distribuição da força de trabalho. Supomos aqui uma mudança radical, uma desconstrução social, uma dinâmica que poderia se denominar de *desnormalização* e que conota uma transição para novos processos normalizadores.

Neste ensaio, desejamos inicialmente ampliar e reelaborar o conceito de *normalização* utilizado por Foucault, entendendo que esse conceito permite melhor destacar as práticas articuladas da *anatopolítica* e da *biopolítica*.¹⁰ Na atualidade, essa designação, como se apontou, abrange formas da *tanatopolítica*. A desnormalização, nesse contexto, refere-se então às práticas institucionais que, no abandono do padrão de normalização, não promovem inclusão produtiva do conjunto da classe trabalhadora. A inclusão resulta acessível somente para uma fração mais reduzida dos produtores que no passado imediato. Poderia se afirmar que, nessa transição, crescentes frações dos trabalhadores são deslocados, subordi-

9 *Homo sacer* é o termo pelo qual Agamben designa “uma vida absolutamente exposta à morte, objeto de uma violência que excede ao mesmo tempo a esfera do direito e do sacrifício [...] uma vida que se pode matar licitamente” (Agamben, 2003, p. 112).

10 Nas palavras de Foucault: “A disciplina normaliza, e acho que este aspecto apenas pode ser discutido. De qualquer forma, deve-se precisar em que consiste, em sua especificidade, a normalização disciplinar... A disciplina, naturalmente, analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Decompõe-nos em elementos que são suficientes para percebê-los, por um lado, e modificá-los, por outro... Em segundo lugar, a disciplina classifica os elementos assim identificados em função de determinados objetivos... Terceiro, a disciplina estabelece as seqüências ou as coordenações ótimas... Quarto, a disciplina fixa os procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente e, por último, a partir daí, distingue entre os que serão classificados como ineptos e incapazes e os demais. Quer dizer que sobre essa base faz uma divisão entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em apresentar antes de tudo um modelo, um modelo ótimo que se constrói em função de determinado resultado, e a operação de normalização disciplinar passa por tentar que as pessoas, os gestos e os atos se ajustem a esse modelo: o normal é, precisamente, o que é capaz de se adequar à norma, e o normal, o que é capaz de fazê-lo” (Foucault, 2006, p. 75-76).

nados, *subnormalizados*, ficando socialmente instalados em uma faixa caracterizada pela inacessibilidade aos padrões de reprodução da força de trabalho por meio das formas assalariadas integradoras, *típicas ou não precárias* na forma *disciplinar* usual.

As instituições encontram-se num impasse, não podendo responder ao imaginário precedente do trabalhador universal nem projetar um novo trabalhador suficientemente hegemônico.¹¹ Elas encontram dificuldades de materializar – como antes – ficções de realização por meio do trabalho, ao mesmo tempo em que não podem revelar sua inutilidade em frente às necessidades sociais. O capitalismo opera com as ficções de *recursos renováveis* e de que o trabalhador excedente, à espera de emprego, será, em algum momento, necessário *produtivamente*. Na realidade cotidiana, o trabalhador deslocado enfrenta o risco de extinção, tanto em seus significados econômico e social, como subjetivo. As categorias classificatórias como as de trabalhador *típico ou atípico* utilizadas pelas agências internacionais revelam, como sugerem outros autores, a *segmentação social de oportunidades de emprego* e a conseqüente formação de uma *infraclasse* (Salvia, 2006, p. 39).

As cifras para o conjunto de países latino-americanos mostram o incremento do desemprego aberto, que passou de 6,9% da população em 1990 para 10% em 2004 (ONU, 2005, p. 7). Também registram um incremento da informalidade do emprego em setores de baixa produtividade na região. Segundo a CEPAL, durante a última década, 70% do aumento do emprego concentrou-se no setor informal, e a percentagem de pessoas ocupadas em empregos de baixa produtividade cresceu significativamente, afetando sobretudo os jovens (CEPAL, 2004, p.7-8). No Quadro 1, ficam evidentes as altas proporções do emprego concentradas em setores de baixa produtividade, que, por sua vez, tendem a se aprofundar na comparação entre 1990 e 2002.

11 Segundo Bergalli (1997, p. 49), “o manicômio e a prisão retomaram uma centralidade nos sistemas de controle duro que se considerava deslocada. Portanto, as instituições de seqüestro rearmaram suas práticas e reimplantaram as técnicas condutivistas que, embora já não possam se sustentar sobre discursos de reabilitação, reeducação, ou ressocialização, servem para legitimar a gestão institucional e manter os seqüestros”.

Quadro 1 – Percentagem de pessoas ocupadas em setores de baixa produtividade, conforme grupo de idade, total nacional, 1990 e 2002 (17 países da América Latina – em %)

Faixas de idade	1990	2002	Variação percentual
15-19	63,3	69,1	9,2
20-24	46,8	49,4	5,5
25-29	42,7	45,1	5,7
30-64	48,9	51,7	5,7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da CEPAL, 2004.

As características do mercado de trabalho latino-americano têm relação com a persistência da pobreza, que afeta 43,% da população, enquanto as políticas de governo e de organismos multilaterais para o desenvolvimento impulsionam medidas paliativas que ainda não são capazes de encontrar soluções para o problema.¹² Com raríssimas exceções, desde princípios da década de 1990, os países da região tenderam também a uma maior concentração de renda:

Em primeiro lugar, se observa que os valores extremos, entre os quais flutuam os coeficientes de Gini, aumentaram. Enquanto em 1990 os limites inferiores e superiores deste indicador alcançavam 0,438 (Costa Rica) e 0,627 (Brasil) respectivamente, em 2002 haviam se deslocado até 0,456 (Uruguai) e 0,639 (Brasil). Por outro lado, vários países mostraram uma deterioração perceptível em matéria distributiva (Argentina, Costa Rica, Equador e Colômbia, entre outros), e somente três (Guatemala, México e Panamá) experimentaram uma melhora apreciável. (CEPAL, 2004, p.92-93).

A maior concentração da renda revela, sem dúvida, processos de convergência: no plano das rendas, implica uma redução do consumo na

12 Assim como nos anos 1990 as políticas prometiam melhoras a partir da liberalização econômica e a reestruturação produtiva, na década atual opta-se por algum incremento no gasto público nos países latino-americanos, que passou de 10,1% em 1990 para 13,8 em 2002 (ONU, 2005, p. 8) e pelos créditos e concentração de metas para o desenvolvimento impulsionados por organismos supranacionais.

base dos setores com menores rendas, ampliando a segregação social e seu corolário, auto-responsabilização pelo fracasso e baixa da auto-estima coletiva. No dia-a-dia, o declínio de renda traduz-se no incremento da pobreza e da indigência.

Na Argentina, observa-se uma elevação abrupta da taxa de desemprego, que marca a saída do modelo de pleno emprego ao passar, por exemplo, de 7,4% em 1990 para 15,1% no ano de 2000. Mesmo sem se levarem em conta os pontos que marcam as variações mais agudas, o desemprego urbano passou, no mesmo período, de 2,6% para 13,8%.

Quadro 2 – Argentina.

Taxa (anual média) de desemprego urbano (em %)

Ano	%
1980	2,6
1985	6,1
1990	7,4
1995	17,5
2000	15,1
2003	17,3
2004	13,8

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC).
 Dados da Pesquisa Permanente de Domicilios (1980 a 2000)
 e Pesquisa Permanente de Domicilios Continua (2003 e 2004).

Apesar dos sinais de diminuição da taxa de desemprego no último período, fontes oficiais reconheceram que “[...] em boa medida, o desemprego maior e a incidência da pobreza mais elevada passaram a ser traços estruturais da economia e da sociedade, já que mesmo o crescimento econômico a ritmos razoáveis não reduzirá a taxa de ociosidade de maneira muito significativa” (Ministerio de Economía, 2003, p. 59). Esse tipo de diagnóstico enquadra-se em um jogo *ficcional* que geralmente se limita a confirmar o estado atual das coisas, naturalizando a problemática abordada e ignorando as causas estruturantes. No Quadro 3, podem se observar as diferentes medições sobre a evolução das taxas do mercado de trabalho no último triênio.

Quadro 3 – Argentina. Taxas básicas do mercado de trabalho, total de aglomerados urbanos, III trimestre de 2004-II trimestre de 2006 (em %)

TAXAS	2004		2005				2006	
	III	IV	I	II	III	IV	I	II
Atividade	46,2	45,9	45,2	45,8	46,2	45,9	46,0	46,7
Emprego	40,1	40,4	39,4	40,1	41,1	41,3	40,7	41,8
Desemprego	13,2	12,1	13,0	12,1	11,1	10,1	11,4	10,4
Subocupação	15,2	14,3	12,7	12,8	13,0	11,9	11,0	12,0
Subocupação demandante	10,5	9,7	9,0	8,9	8,9	8,4	7,8	8,1
Subocupação não-demandante	4,7	4,5	3,7	3,8	4,2	3,5	3,2	3,9

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).
Dados da Pesquisa Permanente de Domicílios Contínua.

Embora perceba-se, nesses registros, uma tendência de decréscimo do desemprego, ela se mantém em torno dos dois dígitos, acompanhada de altas taxas de subocupação, e não consegue diminuir para valores próximos, por exemplo, àqueles do ano 1990 (7,4%). Em um balanço mais abrangente, Augustín Salvia afirma a respeito:

São quase dez milhões de pessoas (70 por cento da população economicamente ativa) que sofrem problemas de emprego. Excluídas dessa situação as que, tendo um emprego, não procuram trabalhar mais horas ou mudar de trabalho, a massa de trabalho que sobra do capitalismo argentino ascende de qualquer forma a quase sete milhões de pessoas (50 por cento da força de trabalho urbana). (Salvia, 2005, p. 33).

Um indicador-chave para se analisarem a situação de emprego deficiente e precário e suas inferências na renda dos trabalhadores, é a pro-

porção destes que recebe um salário inferior ao que se considera como cesta básica de alimentação (*normal*), constituindo o problema atual dos *pobres ainda que trabalhem*.

Quadro 4 – Argentina. Trabalhadores que recebem um salário inferior à cesta básica total, em % (2000-2005)

Ano	%
2000	42,8
2001	43,9
2002	65,3
2003	66,3
2004	60,4
2005	54,9

Fonte: SAyDs (2006). Direção Geral de Estudos e Formulação de Políticas, Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais. Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, com base nos dados da Pesquisa Permanente de domicílios Pontual e Contínua e Censos (INDEC).

Na Argentina, em 2005, mesmo se comparado aos dois anos imediatos da desvalorização (2002 e 2003), o salário de 55% dos trabalhadores não alcançava o valor da *cesta básica total*. Novamente, a “normalidade” situava-se em níveis muito altos de precariedade, de desemprego e de subnutrição. A pobreza então se encontra ligada não apenas à carência de uma ocupação remunerada, mas, também, ao emprego precário e ao subemprego. Pode se alertar sobre a utilização das medições baseadas nas linhas de pobreza e indigência, na medida em que somente a referência a elas deixa a análise enquadrada em seus próprios limites de renda monetária. O indicador denominado *brecha de pobreza e brecha de indigência*¹³ pode nos dizer algo mais sobre os processos que se desenvolvem por baixo dessas linhas. No Quadro 5, apresentam-se os dados que permitem calcular as brechas e os resultados.

13 As brechas são calculadas a partir dos ganhos dos denominados pobres e sua relação com o valor monetário das cestas básicas total e alimentícia que assinalam os umbrais de carência. O mesmo valor mede a distância entre o ganho médio da população empobrecida e o valor da linha de pobreza, ou seja, em certa medida qualifica o déficit de ganhos dos denominados pobres.

Quadro 5 – Argentina. Incidência da pobreza e da indigência, Segundo semestre de 2003 – primeiro semestre de 2006

Período	Sob a linha de pobreza		Cota Básica Total média dos lares pobres (3)	Índice de pobreza (%)	Sob a linha de indigência		Cota Básica mínima médio Domicílio indigente (3)	Índice de indigência (%)
	Lares	Pessoas			Domicílio	Pessoas		
II-2003	36,5	47,8	731,7	44,5	15,1	20,5	362,6	32,1
I-2004	33,5	44,3	761,2	41,7	12,1	17,0	379,7	30,3
II-2004	29,8	40,2	804,6	44,6	10,7	15,0	380,1	41,6
I-2005	28,8	38,9	847,5	43,2	9,7	13,8	408,7	42,0
II-2005	24,7	33,8	886,7	42,9	8,4	12,2	432,4	40,3
I-2006	23,1	31,4	-----	-----	8,0	11,2	-----	-----

Fonte: elaboração própria com base em dados da Pesquisa Permanente de Domicílios Contínua, Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).

Pode-se observar como os dados de incidência de pobreza e indigência mantiveram-se elevados, com pequenas variações. Para o primeiro semestre de 2006, 31,4% das pessoas eram consideradas pobres, e 11,2% indigentes. Os níveis de pobreza e indigência para o segundo semestre de 2005 informam que as rendas médias dos considerados pobres encontravam-se em 42,9% abaixo da linha de pobreza e que a média dos considerados indigentes estava 40,3% abaixo da linha de indigência. Esses valores apontam o grau de carência e subnutrição abaixo das medições padrão que marcam os *limites de sobrevivência*.

Outro aspecto que não se pode ignorar é a relação entre a política social da Argentina e o agravamento das crises econômica e social no final dos anos 1990 e início do novo século. A partir de 2001-2002, generalizou-se a concessão de planos sociais a pessoas em situação de pobreza encarregadas de família, sob forma de subsídios com contraprestação de serviços.¹⁴ Esse programa é contraditório: o governo concede um subsídio de assistência de 150 pesos (em torno de 50 dólares mensais) reconhecendo, expressa ou tacitamente, um direito universal para trabalhadores desempregados e

14 Chamado Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (Plano Chefes de Família Desempregados). Atualmente, está havendo a desativação desse plano e sua substituição, em grande parte, pelo Plano Famílias, pertencente à pasta de Desenvolvimento Social, que tentaria absorver um tanto dos beneficiários do primeiro.

indigentes. O subsídio não se traduz em nenhum contrato ou compromisso estável, porém o Estado apresenta publicamente dados de desemprego suavizados pela “inclusão” desses trabalhadores em lista alternativa, computados estatisticamente como empregados. O programa chegou a abranger 2,3 milhões de trabalhadores e, com regularidade, no triênio 2002-2005, alcançava 10% da população economicamente ativa (PEA).

Quadro 6 – Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Plano Chefes de Família (*Plan Jefas y Jefes de Hogar*) e estimativa da proporção da PEA, 2002-2005 (médias trimestrais, dados mensais)

* Estimativa em relação aos dados da PEA do Censo Nacional de População 2001.

	Mai-Junho 2002	IV Trimestre 2002	IV Trimestre 2003	IV Trimestre 2004	IV Trimestre 2005	Outubro 2005
Total beneficiários	877.266	1.796.630	1.856.218	1.603.838	1.525.710	1.472.187
Porcentagem da PEA*	5,7	11,8	12,2	10,5	10,0	9,6

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Nacional de População, Domicílios e Moradia 2001 (INDEC), do SIEMPRO (2005b), e Portal do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social.

Forma anômala de contratação e classificação social, esse subsídio *regulariza* um trabalho atípico, *subnormal*: é e não é uma ocupação ou um emprego, é e não é uma prestação social, configurando um espaço de estigmatização social. A leitura dessas contradições e o alcance quantitativo e temporal do programa permitem, então, considerar essa figura de plano social como um ícone de *subnormalização* laborativa, já que fixa limites em frente ao direito universal, ao mesmo tempo instalando a *precarização*, a *dependência* e a *superfluidização* da força de trabalho.

A situação das gerações de jovens e as condições de trabalho a que têm acesso representam outro aspecto importante do processo de desnormalização sociolaboral. No mundo, as tendências do emprego juvenil indicam que a probabilidade de se estar desempregado é 3,5 vezes maior para os jovens que para os adultos (OIT, 2004). Na Argentina, em 2004, a taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos alcançava 30,6%, quase o dobro da taxa geral, que era de 16,3% (CNCPS, 2005, p. 150). Além disso, para o mesmo ano, 66,5% dos trabalhadores assalariados, com 18 a 24 anos de idade, não tinham carteira assinada, de modo que não se encontravam amparados pelas leis trabalhistas (CNCPS, 2005, p. 151).

Outro aspecto relevante a ser considerado em torno dos processos de desnormalização é o relacionado com as qualificações necessárias para se ter acesso à ocupação. Aqui nos deparamos com outra variável recorrente na ficcionalização do emprego pleno. O problema não estaria no número limitado de vagas, mas nas “qualificações insuficientes”. Beck (2002, p. 113-114) aponta com clareza a respeito:

À vista do excesso de ofertas em títulos educativos e da escassez de postos de trabalho, ocorre uma paradoxal desvalorização e revalorização dos diplomas. Sem título educativo, as oportunidades de trabalho são quase nulas. Com ele, só se obtém o direito a participar na concessão das oportunidades laborais, mas não aos postos de trabalho.

Assim, se manifesta uma contradição:

As instituições sociais (partidos políticos, sindicatos, governo) se transformam em mantenedoras de uma realidade social que existe cada vez menos [...] Uma sociedade industrial conservada nas instituições e que já não compreende o mundo (ibid., 127-128).

A escolarização e a educação superior proporcionam, como sempre, *status* sociais diferenciados, e sua acessibilidade é determinada pelo capital social e cultural familiar. No entanto, seu enunciado disciplinar perdeu hegemonia; educação não assegura um emprego qualificado, especialmente aquela obtida em termos convencionais (Cattani, 2004). Ao mesmo tempo, as baixas condições de vida dos trabalhadores impedem-lhes de manter a continuidade escolar ascendente de seus filhos. Ocorre assim uma interrupção no circuito tradicional, inviabilizando a obtenção de trabalho graças à formação.

Para a América Latina, segundo estimativas da CEPAL (2004), os índices de escolarização incrementaram-se na última década; no entanto, aumentou o desemprego entre jovens escolarizados, e persiste a desigualdade conforme o nível de renda. Na Argentina, 66,3% das crianças que se escolarizam aos 6 anos de idade terminam o 9º ano de educação, e apenas 34,5% completam o nível secundário (SAyDS, 2006, p. 43),¹⁵ considerado o nível mínimo

15 Dados da Direção Nacional de Informação e Avaliação de Qualidade Educativa. Secretaria de Educação – Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia para as coortes de egresso 2004-2005.

de qualificação para o emprego. Embora tenha se observado um incremento das pessoas de 20 anos e mais que concluíram o secundário, entre os anos 1991 (25,5%) e 2001 (38,9%), a percentagem continuou baixa, levando-se em conta, especialmente, o filtro que exclui os que não conseguem esse grau educativo mesmo para cargos que não requeiram mais qualificação. O processo educativo opera assim em mão dupla: frustra as expectativas de emprego, mas classifica ao mesmo tempo a minoria que chega aos níveis superiores. Para o ano 2001, segundo o Censo Nacional de População, 18,7% (835.080) dos jovens entre 18 e 24 anos do país não estudavam nem trabalhavam, e, entre essa mesma população, 47,7% completara o nível primário de educação, 47% iniciara ou terminara o nível secundário e somente 5,4% começara um nível de educação superior (SAyDS, 2006, p. 45).

Observa-se, então, que o funcionamento das instituições educativas argentinas já não tem correspondência com a conformação de um padrão universal (normalização), com as integrações social e nacional, como se buscava desde o século passado, para cumprir esse ideal local de homogeneidade cultural e, posteriormente, de integração do trabalhador fordista. Agora, certamente poderia se observar a contradição do ponto de vista de “carência” ou, como tentamos argumentar, como o resultado de uma *produção metódica positiva* de um novo tipo de *trabalhador desvalorizado* (Beaud; Pialoux, 2006), desnormalizado, um *subproletariado* (Antunes, 2005) posto no limite da integração eventual.

Essa elaboração conceitual, que propomos aqui em termos de *subnormalização*, sugere pontes, por um lado, com a explicação foucaultiana acerca das práticas de normalização sob uma perspectiva disciplinar, articulada biopoliticamente, e, por outro, pode oferecer uma imagem de subordinação, de estrato inferior, subterrâneo.¹⁶ Assim, emergem práticas institucionais de subordinação mais complexas ainda, nas quais tanto o modelo normal resulta inalcançável, como se criam novas categorias de sujeitos (desertores do sistema educativo, desempregados, trabalhadores permanentemente temporários, processados sem sentença

16 Ulrich Beck (2000, p. 101) dirá, por exemplo, que “O fenômeno não é outro que a substituição do trabalho normal pelo trabalho não normal. Na atual conjuntura do mercado mundial, o crescimento econômico torna obsoleta a idéia de pleno emprego clássico, e, portanto, a consigna de postos de trabalho para toda a vida”, apontando como atributos desse trabalho normal um alto grau de formalização, legalização, hierarquização e universalização (ibid., p. 105).

judicial, ex-presidiários, etc.). Daí que a regulação reveste-se de uma nova complexidade que abrange duas fases, uma de desnormalização, com a desconstrução dos atributos que normalizam a força de trabalho tais como o emprego para a vida toda, a identidade operária, a pertença a um grupo e a própria reprodução da existência, e outra fase de subnormalização, fração estratificada sem possibilidades de inclusão ascendente, constituída por ofertantes de força de trabalho integrando um novo subproletariado (Antunes, 2005; Borón, 2004) e por um *ejército de indigentizados*.

Esses conceitos reelaboram a explicação das formas biopolíticas predominantes até os anos 1970, buscando evidenciar especialmente as formas tanatopolíticas. No paradigma anterior, as instituições governamentais tendiam, predominantemente, à normalização por meio do modelo *panóptico*. Atualmente, os processos que analisamos aqui se voltam para modelos *não-óticos*: a observação das populações, seqüestradas institucionalmente ou delimitadas espacialmente, está escotomizada. A observação encontra-se parcializada, meio cega, perde seu caráter reticular e individualizante; trata-se da intervenção sobre populações de conjunto desnormalizadas, anonimizadas, invisibilizadas.¹⁷

Enquanto que, no panoptismo, o enunciado de normalização mantinha coerência com o método de reabilitação da força de trabalho, neste segundo modelo, as instituições devem apelar para um jogo *ficcional* a fim de se legitimarem, autojustificando sua função seqüestradora com fins normalizadores, enquanto seu método já não consegue cumprir a promessa de inclusão para a força de trabalho excedente. O enunciado real e ideológico *neoliberal* é que o *excesso de emprego* constitui *uma falha do sistema produtivo capitalista* e, ao mesmo tempo, o emprego perpetua-se como único caminho de saída para a sobrevivência do trabalhador e da própria produção do capital em sua forma clássica fabril. As instituições reguladoras não conseguem construir parâmetros coletivos e subjetivos normalizadores, formando uma ampla *subcategoria subordinada*.

17 Especialmente na Argentina, mas também no contexto latino-americano e mesmo europeu, as resistências dos movimentos sociais iniciam-se em torno de uma luta por sua visibilidade pública, partindo de horizontes reivindicativos da margem como os desempregados e povoados originários.

ACERCA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Abandonamos, por um momento, a dinâmica de desnormalização para nos ater aos processos de segregação espacial ou *guetificação* como outra das vertentes convergentes para a compreensão aqui proposta. Embora essa figura relembre as experiências históricas dos *guetos* europeus, encontraram-se sintonias teórica e empírica para qualificá-los como processos agudos de *segregação espacial* que intervêm na constituição da cartografia socioterritorial por meio do seletivo exercício do controle sobre populações definidas e delimitadas. Na dinâmica que move esse processo, os *párias urbanos* (Wacquant, 2001) corporificam aqueles atributos suscetíveis de serem vigiados e segregados no interior da trama urbana massiva. Embora a situação não seja nem possa ser idêntica à do gueto nazista, já que existem claras diferenças históricas e políticas, é pertinente resgatar o conceito como matriz de abordagem, como forma isomórfica, já que sua utilização não se apega necessariamente a uma coordenada espaço-temporal em particular, senão que se define em relação a uma produção social modélica.

Em outras palavras, o processo de guetificação pode ser concebido como um *instrumento bifronte de cerco e controle* atravessado, em sua construção, por variáveis como poder, sujeição, discursos e práticas sobre o *outro*. Circunscreve-se então, mediante um conjunto de operações, à própria territorialidade como única margem tolerável. Dessa forma, pode se fazer referência a diversas *formas institucionais* (Wacquant, 2001) de *núcleos urbanos segregados*, como *bidonvilles*, favelas, *cités*, vilas, barracos, assentamentos, etc. Não se trata simplesmente de apontar que sejam espaços de pobreza ou indigência, mas que padeceram um processo de guetificação, constituindo-se em *Estados de exceção* (Agamben, 2004), circundados – cercados – e monitorados governamentalmente – controlados –, estigmatizados pela ameaça que se considera significarem (risco), mas tendo invisibilizada a violação dos seus direitos. A exceção se corporificando como reverso da própria norma, o Estado de direito torna-se um ideal cada vez mais difícil de ser materializado, e as democracias contemporâneas desenvolvem mais demarcações espaciais e formas de vigilâncias seletivas sobre as denominadas classes perigosas. Como afirma o geógrafo David Harvey (2006), a cidade não deve ser pensada como uma *cidade de fragmentos*, mas como um *corpo político*, uma entidade que tem caráter próprio e que expressa em si mesma não só a divisão internacional do trabalho, como também as contradições e tensões do capitalismo atual. A guetificação encontra-se

embutida no marco do *continuum* de exclusão-extinção, que delimita o *lager* urbano:

O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, a matriz que temos que aprender a reconhecer através de todas suas metamorfoses, tanto nas *zones d'attente* de nossos aeroportos como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto e inseparável elemento que se uniu, rompendo-a, à antiga trindade Estado-nação-nascimento-território. [...] Agora este princípio entrou em um processo de deslocamento e de deriva que torna evidentemente impossível seu funcionamento e que nos faz prever não só o surgimento de novos campos, como também de novas e mais delirantes definições normativas da inscrição da vida na Cidade. O campo de concentração, que agora se instalou solidamente nela, é o novo nó político do planeta. (Agamben, 2003, p. 224).

Aquilo que usualmente as agências governamentais apontam e registram estatisticamente se refere especialmente à precariedade material das moradias, ficando dessa forma invisibilizados múltiplos fatores que constituem o espaço segregado, como os controles arquitetônico e institucional das fronteiras sociais e a militarização seletiva da vida urbana (Alerta Argentina, 2006). Os espaços fragmentados da cidade sinalizam a decadência do ideal integrador que, em tempos passados, assumia a máxima do progresso como uma obra de uso coletivo. Por isso, interessa aqui ampliar a reflexão sobre os aspectos nem sempre previstos no registro de censos e estudos. Algumas práticas institucionais de construção de dados associam estigmas a delitos, reforçando a discriminação no mercado de trabalho e no acesso à justiça, o mesmo acontecendo quando se trata de identificar trabalhadores que morem na proximidade de parques industriais degradados ou de lixões.

A guetificação social, encarnada no que denominamos Núcleo Urbano Segregado,¹⁸ materializa-se por meio de um processo social de

18 Por Núcleos Urbanos Segregados (NUS), entendemos aquelas unidades ou complexos habitacionais que, por determinações históricas e sociais, ficam associados às macrounidades urbanas, sendo por elas segregados. Padecem de isolamento social, deterioração urbanística extrema, estigma e condições de vida que os definem, na segregação ecossocial, em processos de “guetificação” e cujas características de habitat recortamos do entorno urbano (Bialakowsky et al., 2001).

deslocamento, de uma dinâmica de alojamento e desalojamento diferencial pela qual a sociedade constrói uma delimitação segregada. O espaço converte-se num estigma, e seus habitantes levam o nome do estigma cuja referência deve ser evitada para poder circular no entorno urbano; longe de se constituir em periferia, esses espaços encontram-se no meio das cidades expandidas. As representações sociais situam-no num subúrbio imaginário, mesmo quando o espaço comum não apresenta nenhuma descontinuidade na grande urbe. (Bialakowsky et al., 2005).

Segundo os dados disponíveis, em 2004 cerca de um bilhão de pessoas viviam *favelizadas* no mundo, das quais 14% se encontravam na América Latina e 80% distribuídas entre a África e a Ásia. Somente em três das grandes cidades latino-americanas (México, Bogotá e Caracas), encontram-se 8 milhões de pessoas que vivem em vilas ou assentamentos precários (Pavón, 2006). Na Argentina, a quantidade de habitantes em favelas aumentou 41% entre 1991 e 2001 (Borthagaray, 2005, p. 14-15). Do total de conglomerados urbanos nacionais, estima-se que 22% da população reside em moradias situadas a três quadras ou menos de terrenos utilizados habitualmente como lixões (SIEMPRO; INDEC, 2001).

De acordo com outra fonte, os domicílios em situação precária na Argentina aumentaram 26% entre 1980 e 1991 (Bricchetto, 2005). A população vivendo em favelas passou de 42.462 em 1962 para 107.805 em 2001, aumento esse de 153%. Em 1991, o total de população de favelas e assentamentos precários na cidade de Buenos Aires e Grande Buenos Aires era de 410.481, enquanto, em 2001, essa cifra subia para 653.721 habitantes (Nistal; Vidal, 2005). Dados do governo da cidade de Buenos Aires indicam que mais de 85 mil famílias vivem em situação habitacional deficitária. No período 1991-2001, a quantidade de habitantes em vilas de emergência e núcleos habitacionais transitórios aumentou aproximadamente 100% (GCBA, 2005). Além do mais, umas 150 mil pessoas vivem em bairros pauperizados, aos quais devem se somar entre 800 e 1.000 favelas da província de Buenos Aires.

Além das condições de pauperização e indigência, cabe destacar que, nas últimas décadas, se abateram sobre as favelas, assentamentos e complexos habitacionais novos processos de *guetificação social e espacial* que condicionam radicalmente as condições materiais de vida. As cidades mudam e, em sua mutação, polarizam-se numa espécie de emparedamento, de cercamento que define fronteiras sociais e espaciais. Erige-se uma esté-

tica contrastante que, em seus extremos cromáticos, anula matizes que antigamente ilustravam um horizonte com pretensão de integração e mobilidade social ascendente.

É relevante considerarem-se as mutações ocorridas nas racionalidades que estruturam os diferentes projetos de intervenção governamental sobre a problemática relacionada com habitação e habitat. Na Argentina, entre vários países latino-americanos, podem se identificar modelos de integração ao espaço urbano desde a década de 1950 até os anos 1980, o que opera em direção à *normalização da força de trabalho* por meio da erradicação e da radicação. São exemplos do primeiro, sob o autoritarismo das ditaduras, planos de *erradicação* de vilas de emergência, como o PEVE (Plan de Erradicación de Villas de Emergencia), criado em 1967, que definiu todo um estilo de intervenção para os habitantes dos espaços urbanos estigmatizados. Como exemplos do segundo, na etapa democrática, com ensaios de diálogo e participação dos atores residentes, há os planos de radicação de favelas e assentamentos sancionados em meados da década de oitenta.¹⁹

Atualmente, o modelo emergente tende a mudar a concepção sobre esses espaços: “A dinâmica social das grandes cidades deixa de exercer a função de integração e assimilação e, ao mesmo tempo, sustenta as grandes distâncias sociais entre as classes sociais” (Queiroz Ribeiro, 2005, p. 152). Embora nunca o enunciado seja homogêneo e existam cruzamentos discursivos e governamentais que se tensionam, crescentemente se apontam espaços segregados como usinas de perigo, orientando-se sua administração para um modelo de *contenção residual*, usualmente com forças de segurança, produzindo-se um cerco sobre os alojados-desalojados

19 Podemos situar mais precisamente essas políticas: “A lógica da erradicação de vilas de emergência predominou desde os anos 50 até a década dos 80 [...] O caso mais difundido foi o PEVE (Plan de Erradicación de Villas de Emergencia), implementado nos anos 60. Esse plano originou a erradicação massiva de favelas, transferindo seus moradores para Núcleos Habitacionais Transitórios (N.H.T.) como etapa intermediária do programa. A seguir, a população seria levada para moradias definitivas, uma vez cumprida a fase de adaptação. Até hoje, a população erradicada por meio desse programa permanece nos NHT” (Martínez, 2004). A radicação surge em seguida no âmbito da cidade de Buenos Aires: “No ano 1984, por meio da Ordenança 39.753, estabelecem-se as pautas programáticas para a implementação de um Programa de Radicação Integral de Vilas de Emergência e Bairros Carentes da Capital Federal. Dois legisladores posteriores apresentam a radicação como eixo das intervenções em favelas: a Ordenança 44.873, do ano 1989, e a Lei 148, sancionada em dezembro de 1998” (Martínez, 2003).

(Bialakowsky, 2005). A figura da periculosidade tende a se concentrar nos jovens-pobres-urbanos, ou no limite de população que sobra em uma sociedade excludente. O Estado *penal* desenvolve diferentes táticas de varredura sobre o indesejável ou mantém em margens claramente delimitadas aquilo que atente contra determinado ordenamento social. Esse desenvolvimento dá-se não porque essas *populações extinguíveis* constituam uma ameaça de confronto aberta e explícita, mas, principalmente, pelo intolerável e atemorizante que resultam as produções sociais segregadas.

O princípio de mobilidade social que postulava o modelo de integração keynesiano desvanece-se ao mesmo tempo em que se opera uma virada que estipula, como princípio de organização e gestão espaciais, a contenção perimetral silenciadora. A realidade é invisibilizada e estereotipada, e o que ocorre ali é aceito como focos inabordáveis, onde as próprias instituições governamentais de bairros padecem cercos e incertezas. Esses processos percorrem e atravessam tanto as favelas e os conjuntos habitacionais massivos em estado de degradação, como as zonas específicas da cidade que revelam alta deterioração e abandono. O processo de guetificação não está tanto na prevalência do tipo habitat precarizado, embora constitua sua condição, mas especialmente nos processos que assumiram a intervenção governamental sobre as frações mais empobrecidas. Entre essas intervenções, a multiplicação de dispositivos de criminalização da pobreza e a territorialização dos conflitos dão conta da dramática reconfiguração desse corpo político urbano que torna cada vez mais robusta a criação de uma alteridade social polarizada, por meio de fronteiras sócio-espaciais entre a cidade rica e cosmopolita e a pauperização e desindustrialização das zonas onde habitam as *classes perigosas* (Alerta Argentina, 2006).

Complementarmente, poderiam se citar numerosos exemplos de espaços urbanos atravessados pelos processos de guetificação. Para este ensaio, selecionamos o complexo habitacional denominado mediaticamente de *Fuerte Apache*, que, como outros da periferia bonaerense – *Carlos Gardel, La Cava* –, possui um caráter icônico na medida em que sua própria trama municipal e corporal condensa dentro de si a construção social do cerco e do escotoma.²⁰

20 “Escotoma: termo tomado das ciências médicas que significa área de cegueira parcial ou total dentro dos limites de um campo visual normal. De nossa perspectiva, retomamos esse conceito para nos referir a uma prática de invisibilização de trajetos sociais nos processos de exclusão-extinção social” (Bialakowsky et al., 2006).

Esse complexo habitacional denominado oficialmente como Bairro Exército dos Andes, situado em Ciudadela, localidade da Grande Buenos Aires, foi edificado sob o Plano de Erradicação de Favelas de Emergência (PEVE) na década de 1960, durante um período ditatorial. O complexo abrange uma superfície de 26 hectares, integrado originalmente por 22 monoblocos e 11 “nós” – cada um deles com três torres de 10 andares – unidos entre si pelas denominadas “cordas” de três andares, somando um total de 4.657 apartamentos. Segundo dados oficiais do último censo nacional (2001), habitam ali 17.777 pessoas. No entanto, cálculos de organizações comunitárias e das forças de segurança supõem que a cifra real ronde as 30 mil pessoas (Diario Clarín, 27.03.05), chegando outras estimativas a apontar um mínimo de 50 mil habitantes (CELS, 2005b).

Desde sua criação e no transcurso das últimas décadas, o complexo habitacional apresentou diversas formas de segregação e guetificação: sua conformação como espaço disruptivo na trama urbana e sua concepção massiva de normalização de setores populares, até se transformar progressivamente em “alojamento do desalojamento” social e portador do estigma de *periculosidade*, fundamentalmente a partir de sua denominação como *Fuerte Apache*. Desde 2003, o bairro encontra-se cercado por forças armadas da polícia que “controlam” os acessos e saídas tanto de veículos, como de pessoas. Em sentido icônico, a segurança do cerco tornou-se emblemática. O exercício de uma vigilância seletiva entre o demarcado dentro e fora do perímetro do bairro atende à exigência de controle eficaz que module os corpos tidos por perigosos ao mesmo tempo em que configura um espaço de exceção, sitiado, militarizado.

A configuração social do espaço na era da *globalização* implica, ao modo da faixa de *Moebius*, a segregação por meio da localização territorial (Bauman, 1999). As dinâmicas que estreitam as lógicas do “glocal”, conceito que une a falsa distância entre o local e o global, encarnam as formas que submetem os setores deslocados para um estranhamento radical, criminalizando a pobreza (Wacquant, 2001), e intervenções de *exceção*, pelas quais se produz o *arbitrio* para além do legal (Agamben, 2004). Resultante disso, também se definem a *exotização* dessas populações e a luta para se imporem pautas de sua auto-responsabilização. Traça-se assim a fronteira do *lager* urbano:

O resultado da forma urbana desenvolvida através do tempo é a história das lutas, dos confrontos pela divisão injusta e sempre

assimétrica do território da cidade, porque em geral as cidades são organismos carnívoros que necessitam de forma constante territórios para colonizar. (Faivre, 2005, p. 461).

Pode se dizer, seguindo-se Faivre, que, no marco dos processos de guetificação social, não só se realiza a luta pela conquista do espaço, como também a luta pela designação dos espaços *demonizados*, construindo-se de tal modo uma *cartografia do sobranje*, do segregado. Essa construção do espaço urbano resulta em uma complexidade inscrita em contradições sociais que a tensionam: por um lado, há a existência de um *continuum* de inclusão-exclusão social e, por outro, a *governabilidade* que alimenta essa dinâmica. Assim, as noções de erradicação-cerco de populações têm múltiplos significados que não se esgotam ao se pensar isoladamente a realocação de populações empobrecidas, a simples expulsão de ocupantes ou sua contenção, senão que possuem a virtualidade da modulação social destinada aos setores sociais excluídos no marco da matriz hegemônica da sociedade (Bialakowsky et al., 2005). Os diversos cercos e sistemas de exclusão conjugam-se e implicam as novas formas de controle e gestão social como processos de neogueticificação.

OS NOMES DA GESTÃO PUNITIVA

Em continuidade às análises precedentes, agora tentaremos dar conta de outro processo que modula certas frações da classe trabalhadora, neste caso, por meio da gestão punitiva. A gestão penal institucional, a exemplo das intervenções das forças de segurança, expressa parte do *continuum* de exclusão-extinção social que, como mencionamos, atravessa a vida social esculpindo corpos, trajetórias e *espacialidades diferenciais*. Assim, a *criminalização* (penalização) das populações deslocadas vincula-se estreitamente com a *superfluidização* da força de trabalho.

A gestão punitiva inscreve-se sob diversas formas, desde modulações segregativas até o caso extremo, o encerramento (e aniquilação) penal. De forma convergente, constitui-se um processo de construção de um *outro* ameaçador, *perigoso* (Castel, 2004), exigindo-se a segurança da *tolerância zero*. A segregação, combinada com as normas restritivas que definem o desejável socialmente, cria *párias* do sistema produtivo, populações violadas potencialmente extinguíveis.

O reordenamento sob signos da *tanatipolítica* criará condições para se gerarem processos disruptivos permanentes da ordem estabelecida. O sistema penal descarregará assim novas formas de vigilância e coação estatal legitimadas sobre as novas formas de pobreza e exclusão ligadas ao pós-fordismo (Bergalli, 1997). A lógica do enunciado, na realidade, revela a trama oculta do conflito social, e a taxa de encarceramento é apresentada como aquela ação eficaz que conseguiria *conter* esse outro perigoso. Segundo o jornal *El Clarín* (4 jul. 2005), com base em estatísticas do Ministério da Justiça argentino, nos últimos cinco anos, os presos aumentaram em 44% em penitenciárias federais, enquanto a população do país só aumentou 5%. Essa assincronia demonstra a crescente gestão punitiva sobre as populações deslocadas da integração normalizada.

De acordo com um informe apresentado pelo Alerta Argentina (2006), na província de Buenos Aires, 9 em cada 10 presos são pobres, e, entre eles, 75% foram processados sem condenação em primeira instância, quer dizer, sem determinação jurídica de culpabilidade. Somente nessa província, a população carcerária duplicou entre 1998 e 2004. O Ministério da Justiça reconhecia:

O sistema penal pune com maior severidade os delitos cometidos mais freqüentemente pelas pessoas que pertencem aos setores sociais mais marginalizados e não os delitos mais graves (...) ao contrário do que usualmente se pensa, o número de presos não tem relação com a freqüência dos delitos, e cada país toma as decisões politicamente. (Clarín, 4 jul. 2005).

Os traços de uma nova forma de governo destacam a *incerteza* (Castel, 2004) como lógica do *Estado de exceção* (Agamben, 2004, p. 25, 44, 83):

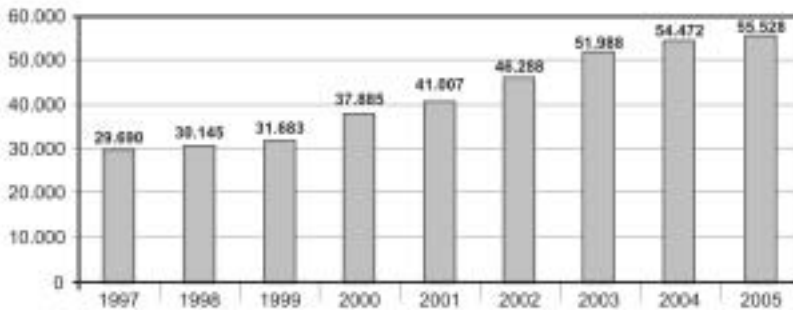
O totalitarismo moderno pode ser definido, neste sentido, como instauração, através do estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não só dos adversários políticos como de categorias inteiras de cidadãos que por qualquer razão sejam não integráveis no sistema político. Assim, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (embora eventualmente não declarado em sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, mesmo daqueles assim chamados democráticos. [...] Conforme uma tendência ativa nas democracias ocidentais, a declaração do estado de exceção está sendo progressivamente substituída por uma generalização sem preceden-

tes do paradigma da segurança como técnica normal de governo [...]. Em todo caso, o estado de exceção aponta um umbral no qual lógica e práxis indeterminam-se e uma pura violência sem *logos* pretende atuar um enunciado sem nenhum referencial real.

Os dados indicam que a população carcerária na Argentina aumentou de forma extraordinária nos últimos 20 anos. Desde o início da democracia (1984) até 2002, e apenas nas penitenciárias federais, a quantidade de pessoas processadas pelo sistema penal apresentou um crescimento de 283% (SPF, 2005).²¹

Gráfico 1 – Argentina. Evolução da população carcerária.*

* A estatística oficial sobre população carcerária começou no ano 2002. Nos anos anteriores, não há dados para algumas províncias.



Fonte: Direção Nacional de Política Criminal. Secretaria de Política Criminal e Assuntos Penitenciários. Ministério da Justiça e Direitos Humanos (SAyDS, 2006).

Observa-se ter havido um nítido incremento da quantidade de pessoas encarceradas, a partir da introdução da doutrina da *tolerância zero* na década do governo neoliberal (1990-1999), tendo esse número praticamente dobrando. O fenômeno é acompanhado pela exacerbação do uso da violência policial. Segundo o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS,

21 Embora essa fonte apresente um importante sub-registro, porque não existia uma contabilidade da população em todo o sistema penal, é importante resgatar a tendência que demonstra: de valores elevados na década de 1970, em período de ditadura militar, revela uma diminuição na primeira década de democracia, mas, a seguir, os valores indicam uma tendência ascendente até superar a população encarcerada durante a ditadura.

2005a), desde 1996 até a atualidade, o número de civis mortos em confrontos com a polícia aumentou 69%. Informação divulgada na imprensa indica que:

Nas prisões provinciais, há quase 25.000 presos e – de acordo com um informe da Comissão pela Memória – 90% não têm sentença definida. Além do mais, o CELS assegurou que a capacidade dos presídios alcança conter em condições dignas apenas 45% desse número de detidos [...] [e] nos primeiros 60 dias de 2005, houve 48 mortes em celas das penitenciárias. (Diario Clarín, 15 abr. 2005).

Como indica o Quadro 7, a taxa de encarceramento por 100 mil habitantes apresenta situações díspares: os Estados Unidos registram o maior percentual, e países do Cone Sul, como Chile, Argentina, Brasil e Uruguai, mostram altas taxas em comparação a países como o Japão ou a Suécia.

Quadro 7 – População carcerária e taxa para cada 100 mil habitantes (países selecionados)

	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	TAXA PARA CADA 100 MIL HABITANTES
Chile	31.600	205
Argentina	62.877	173
Brasil	233.859	133
Uruguai	4.012	123
EUA	1.962.220	686
Japão	61.242	48
Suécia	6.089	68

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Documento de Trabalho do Sistema Penitenciário na República Argentina (2005).

Na Argentina, registravam-se, em 1997, 29.690 pessoas presas entre penitenciárias federais e provinciais. Essa cifra cresceu gradualmente até 2005, quando passou a ser de 55.528, o que significa um incremento de 87% na quantidade de pessoas presas. Por sua vez, a taxa de encarceramento para cada 100 mil habitantes passou de 83,2 em 1997 para 143,4 em 2003,

o que dá um incremento de 72,4%, enquanto a diferença percentual de ocorrências delitivas registradas para o total do País no mesmo período (1997 a 2003) foi de 55,7% (DNPC, 2005).

Tomemos como exemplo outro caso. Segundo o Serviço Penitenciário de Córdoba, em maio de 2005 havia, em toda a província, 5.823 pessoas alojadas num estabelecimento com capacidade para 3.432. No estabelecimento Número 2 de San Martín, dessa província, havia 1.621 presos, quando a capacidade era somente para 850. Entre eles, 48% permanecem sob prisão estatal e ainda não foram condenados.

A chave da análise desses dados não consiste em indagar-se particularmente sobre as agências do sistema penal, mas em apontar, principalmente, por meio da tendência temporal desses indicadores, a dimensão que assume a dinâmica de penalização, a qual opera sobre vastos setores *superfluidizados* da sociedade. Segundo o censo penitenciário de dezembro de 2003, 62% das pessoas processadas e encarceradas permaneciam na condição de processados sem sentença judicial (DNPC, 2005). Esse fenômeno ilustra a idéia de contenção *preventiva*, complemento dos processos de guetificação. O encarceramento foi ressuscitado e reinventado porque é útil para uma nova função necessária da dinâmica das sociedades neoliberais tardomodernas: achar um modo “civilizado” e “constitucional” de segregar as populações problemáticas criadas pelas instâncias econômicas e sociais atuais. (Garland, 2005, p. 322).

No que se denomina *gestão punitiva*, a intervenção pode se apresentar não apenas sob forma de reclusão, mas também sob formas extensivas e mais drásticas ainda por meio das mortes que ocorrem reiteradamente em nome da *defesa social* (Daroqui, 2001). Segundo dados elaborados pela CORREPI (2005), 44,6% das mortes de pessoas causadas pelas forças de segurança ocorrem em delegacias ou prisões, quer dizer, sob a tutela estatal. Somando-se a elas as mortes sob o rótulo de “supostos ladrões”, a cifra ascende a 68%.

Outros elementos que se podem agregar à análise, para se compreender a intensidade desses processos, são a estigmatização e a orientação punitiva das agências do sistema penal para jovens de setores pobres urbanos. Esses elementos são fundamentais às novas formas de controle que tendem a incrementar e “*infantilizar*” o registro carcerário. A partir da análise dos dados do ano 2000, algumas pesquisas apontaram que 20% das condenações totais pronunciadas no País concentravam-se em jovens de até 21 anos de idade (Guemureman, 2001).

A tática da contenção ajusta-se: “Com eles não se fará ‘nada’, a nova estratégia será incapacitá-los e neutralizá-los em instituições que mudarão também e justamente para eles sua disposição espacial-territorial e espacial-institucional” (Daroqui, 2001, p. 79). Em relação à faixa etária, dados elaborados pela CORREPI (2005) indicam que 64,42% dos mortos pelas forças de segurança tinham, no momento de sua eliminação física, entre 15 e 25 anos. Em termos de *sequestro institucional* (Bergalli, 1997), ao término do ano de 2005, quase 20 mil meninos, meninas e jovens na Argentina encontravam-se privados de liberdade, sob a tutela do Estado (MJyDD; UNICEF, 2006), entre os quais mais de 80% das crianças estavam encarceradas por razões ligadas à pobreza. Somente na província de Buenos Aires, a quantidade de menores envolvidos com questões judiciais passou de 23.555, em 1996, para 43.654 em 2004 (Guemureman; Azcárate, 2005). Na província de Córdoba (segunda em volume populacional na Argentina), a idade média dos detentos está entre 23 e 27 anos, sendo 6% dos presos analfabetos e 88% desocupados ou trabalhadores ocasionais no momento de sua detenção (Alerta Argentina, 2006).

Segundo outros exemplos tirados de um informe da Direção Nacional de Política Criminal (DNPC, 2005), na origem de questões judiciais envolvendo jovens, 62% foram geradas por prevenção policial, 36% por denúncia policial e 2% por denúncia em frente a um tribunal, e o início de questões judiciais de mais de 60% dos menores institucionalizados esteve ligado à tutela estatal. A lei chamada de “patronato”, de 1910, permitia ao Estado suprimir o poder paterno, institucionalizando a criança. Não se procedia a uma abordagem completa da família, preferindo segregar a criança. Quanto aos atos cometidos por esses menores, 47,5% constituíram delitos contra a propriedade (furtos e roubos); em segundo lugar, vieram as lesões (22%) e, em terceiro, as ameaças (11%). Em quantidade inferior, foram investigados delitos contra a integridade sexual, delitos relacionados com o porte e uso de armas de fogo e atentado e resistência à autoridade. Dos imputados, 20% eram menores de 14 anos no momento da ocorrência, 38% tinha entre 14 e 15 anos e 42% tinha entre 16 e 17 anos. Quanto ao nível de instrução alcançado, em 38% dos casos os menores tinham sua educação primária completa e em 24%, incompleta. Dos imputados que realizavam alguma atividade, 50% faziam biscates (trabalhos eventuais não-qualificados e precários), 27% declararam trabalhar em relação de dependência, enquanto 7% trabalhavam por conta própria (DNPC, 2005).

Esses dados surpreendem, já que uma grande porção dos jovens detidos pelo sistema penal mantém algum laço com o mercado de trabalho, e, nessa ambigüidade, repousa a explicação: pertencem à classe trabalhadora, mas encontram-se no limite da inclusão que se supõe, em seu enunciado, *normalizadora*. A hipótese que se debate freqüentemente postula a correlação entre incremento de pobreza e incremento de delitos. No entanto, o que aqui se desenvolve é justamente a correlação entre o desalojamento de populações do mercado de trabalho formal e regular e o incremento da coação do sistema penal: “A prisão reinventada do presente é uma solução penal em frente ao novo problema da exclusão social e econômica” (Garland, 2005, p. 323).

O signo da etapa disciplinar era constituído pelo *panóptico* de Bentham e a reclusão normalizadora; na etapa atual, oferece-se um modelo oposto, implosivo e mortífero destinado à distribuição dos corpos institucionalizados. Efetivamente, podem se analisar sucessivos motins penitenciários como os ocorridos nas prisões de Córdoba e Magdalena,²² que tiveram um saldo de 47 mortes e um sem-número de feridos. A análise revela seqüestros coletivos, violência e ações mortíferas no tratamento das populações reclusas. A partir dessas considerações, pode-se dizer que o par disciplina-reabilitação tende a mudar nessas circunstâncias para *reclusão-inabilitação*.

Esses complexos penais, em muito semelhantes a outros da Argentina e América Latina, acham-se em situação de superlotação de reclusos. Os que ali passam seus dias, quer dizer, aqueles que devem *aprender a viver em liberdade a partir da prisão* (Daroqui, 2001), encontram-se amontoados,

22 O que se conhece como o massacre de Coronda iniciou em abril de 2005, na penitenciária situada na província argentina de Santa Fé, deixando um saldo de 14 mortos. O segundo caso que apresentamos para este ícone é o massacre de Magdalena (penitenciária situada na província de Buenos Aires), em que morreram 33 internos, com uma diferença de poucos meses em relação ao primeiro caso. Em ambos os casos – embora principalmente no de Magdalena –, foram denunciadas intervenções repressivas ilegais, abuso do uso da força e violações aos direitos humanos por parte do pessoal do serviço penitenciário, sobre o qual recaíram graves acusações de organismos de direitos humanos e da justiça, por sua intervenção, responsabilidade e posterior sumiço de provas acerca do confinamento de internos durante o incêndio (provocando mortes por incineração e asfixia) e a repressão com armas de fogo. Veja-se a respeito o jornal Clarín (13 maio 2005, 5 jun. 2005) e o jornal *La Opinión* (15 abr. 2005). Atualmente, o caso encontra-se em processo de investigação na justiça penal argentina.

precarizados e violados em seus direitos elementares. O que esses acontecimentos paradigmáticos em torno da lógica do tratamento institucional apontam é seu potencial destrutivo ou de *eliminação* como parte de um método que ficcionaliza, que apresenta as tragédias como efeitos de *auto-eliminação* ou de conflitos horizontais. A intervenção institucional, que provoca a implosão dos corpos nos sistemas de prisão e de tutela estatal, oferece outra explicação para a crítica à naturalização do expulsado.²³

Cabe salientar também a importância da superlotação e do amontoamento em prisões como dimensão epidemiológica decisiva das populações reclusas. Pesquisas realizadas por especialistas em estudos sobre prisões estimam que um terço da população mundial de presos encontre-se infectada por tuberculose. A cada ano, entre oito e dez milhões de pessoas contraem a doença, ao mesmo tempo em que três milhões aproximadamente morrem na prisão por causa dela (Hoffner, 2005). Um dos fatores que favorece essa propagação é a incidência do vírus HIV, endêmico na população carcerária (idem).

O DEVIR NA FRAGILIZAÇÃO DOS CORPOS

Com a dinâmica de *fragilização dos corpos*, fazemos menção a processos sociais que violam a saúde de populações, afetando sua qualidade de vida e a longevidade. Esse vetor conflui para agravar as problemáticas da segregação que aparecem naturalizadas, já que condensa em si os padecimentos social e subjetivo em seus limites extremos e, ao mesmo tempo, reveste-se socialmente de caracteres puramente *bio*(lógicos) e (in) *dividuais*.

Os indicadores que podem ser citados são múltiplos. Cabe apontar os mais significativos de acordo com os conceitos desenvolvidos. O indicador que dá conta da fragilização de populações é a taxa de *mortalidade materna*²⁴ e sua associação com as condições de pobreza. Na Argentina, essa taxa exhibe uma tendência estável, com uma média de 4,3 por 10 mil

23 “As prisões funcionam agora como uma forma de exílio, e o uso que se faz delas não está tão definido pelo ideal da reabilitação como por um ideal que Rutherford chama de ‘a eliminação’” (Garland, 2005, p.292).

24 Por mortalidade materna, entende-se o óbito de uma mulher enquanto esteja grávida ou dentro dos 42 dias seguintes ao término da gravidez, devido a qualquer causa relacionada à gravidez, agravada por ela ou relativa à sua atenção (CNCPS, 2005, p. 170).

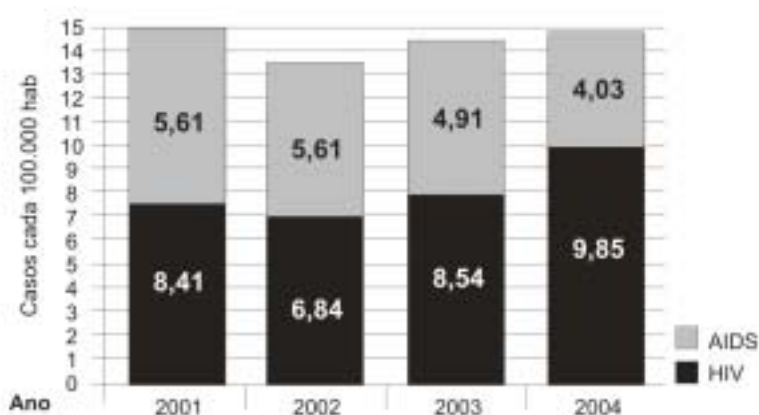
filhos nascidos vivos. No entanto, deve se notar que o principal determinante das mortes maternas é o aborto, representando 27% do total de óbitos. Entre 1995 e 2000, as internações por complicações de aborto aumentaram 46% em estabelecimentos oficiais (CNCPS, 2005, p. 96). Tais números revelam as circunstâncias extremamente precárias em que se realizam essas intervenções, condições sanitárias inadequadas que afetam especialmente as mulheres dos setores mais pobres, evidenciando a modulação *não-ótica* da incapacidade de se regularem e prevenirem essas cirurgias e de nelas se intervir. “A distribuição da mortalidade materna entre as diferentes zonas do país apresenta uma ampla heterogeneidade, e são as províncias mais pobres as que têm uma taxa mais elevada” (idem). Nessa linha argumentativa, interessa lembrar as referências antes citadas sobre a incidência direta da subnutrição na fragilização, já que elas são mais amplas que os índices de desnutrição, tomando como referência as brechas de rendas abaixo das linhas de pobreza e indigência (ver Quadro 5).

Complementarmente, de modo significativo, com relação aos processos de *patologização* de populações, podem se apresentar cifras referentes a três endemias principais que as conotam contemporaneamente: HIV-AIDS, tuberculose e doença de Chagas-Mazza. Na América Latina e no Caribe, o HIV-AIDS propagou-se com grande rapidez desde os primeiros casos detectados. O Caribe registra a incidência mais alta entre adultos depois da África Subsaariana, com uma taxa média de 2,3%, o que transformou a doença na causa de morte mais importante entre a população de 15 a 49 anos. Na região latino-americana, registram-se incrementos significativos do número de pessoas infectadas entre 2002 e 2004, havendo, neste último ano, um registro total de 2,4 milhões de pessoas infectadas (ONU, 2005, p. 159).

A relação entre propagação e pobreza da população é direta: “Embora na maior parte dos países da região a epidemia tenha ingressado através de grupos abastados com capacidade de viajar, invariavelmente foi se transferindo para grupos na pobreza” (Cáceres, 2002, p. 8). Os fatores pobreza, nível educativo e gênero tornam maiores as probabilidades de contágio em mulheres em situação de pobreza e em jovens com baixo nível educativo (CEPAL, 2005). Outro estudo identifica as populações com necessidades básicas insatisfeitas e os grupos desprovidos de cobertura social como grupos em situação de mais vulnerabilidade em frente ao vírus. A doença ocorre sobretudo nos grupos mais pobres e com menos instrução, enquanto entre outros grupos sociais a incorporação de novas terapias de alta eficácia propiciou melhor qualidade de vida e sobrevida (Blanco; Arosio, 2005, p. 2).

No Gráfico 2, apresentam-se dados sobre HIV/AIDS na Argentina relativos ao período 2001-2004. Eles mostram ter havido um decréscimo da população com HIV/AIDS em 2002 e, em seguida, um incremento. As taxas de mortalidade por HIV/AIDS oscilam entre 12,5 e 14 casos em cada 100.000 habitantes. Observa-se também um relativo incremento dos casos de HIV (portadores saudáveis) em relação aos de AIDS (portadores doentes), expressando assim uma maior propagação ao mesmo tempo em que os tratamentos são mais eficazes.

**Gráfico 2 – Mortalidade por HIV/AIDS na Argentina.
Anos 2001-2004.**



Fonte: Dados de SAyDS e PNUD (2006).

Somente na cidade de Buenos Aires, a AIDS é a primeira causa de morte entre pessoas de 15 a 34 anos (Blanco; Arosio, 2005, p. 3). As notificações de HIV para o ano 2004 mostram um dado interessante em relação ao nível de instrução das pessoas diagnosticadas recentemente, segundo o qual a doença atinge mais gravemente aqueles com menor grau de escolarização:

Observa-se que 63% não completaram o segundo grau, e que além disso existem grandes diferenças regionais. As províncias de Chubut e Terra do Fogo não chegam a 20% com níveis de educação incompletos, enquanto que nas províncias de Salta e La Rioja representam mais de 90%. Mostram assim as diferenças regionais em relação à população vulnerável. (Ministerio de Salud..., 2005, p. 29).

A propagação dessa doença encontra-se associada ao padecimento de doenças que ganham importância a partir da disseminação da infecção

pelo HIV. Entre os exemplos possíveis, destaca-se a tuberculose, que, anteriormente, era analisada em relação à população mundial de prisões. A Argentina registra uma taxa de notificação desses casos superior à média da região. No ano de 2002, foram notificados 32 casos para cada 100 mil habitantes, quase o dobro das taxas do Uruguai e Chile, quatro vezes as de Cuba e mais de seis vezes dos casos registrados no Canadá e nos Estados Unidos (CNCPS, 2005, p.109).

A tuberculose, doença curável, que pode se prevenir, continua sendo uma importante ameaça para a saúde pública na Argentina. Apesar de que há várias décadas se conhecem drogas e tratamentos eficazes, assim como medidas e procedimentos de controle, atualmente assistimos a um recrudescimento da doença no âmbito nacional. Vários fatores, além da pandemia do HIV/AIDS, criaram condições propícias para seu agravamento em diferentes zonas do país. A esse quadro, se soma o enfraquecimento dos programas de controle, que, por serem menos eficientes em suas ações, determinaram o surgimento de um importante problema que obscurece o futuro da doença: a resistência às drogas antituberculose. (Morales, 2001, p. 2).

Um caso paradigmático pode ser traçado no sentido do exposto: a doença de Chagas-Mazza é uma enfermidade endêmica produtora de alterações cardíacas, com risco de morte,²⁵ estreitamente vinculada às condições de vida e moradia.

Segundo os últimos dados da Organização Mundial de Saúde (1999), existem em torno de 18 milhões de pessoas afetadas pela doença do mal de Chagas-Mazza na América do Sul, 6 milhões sobre um total de 210 milhões nos países do Cone Sul e, concretamente, na Argentina, onde é considerada a principal endemia, há 2,5 milhões de afetados. (Rozas Dennis, 2005, p. 36).

As zonas de risco e infecção chagásica têm em comum altas taxas de pobreza, escassez ou falta de água potável, carências habitacionais, insuficiência de postos de saúde ou impossibilidade de acesso a eles e instabilidade laboral (Rozas Dennis, 2005, p. 37). No total, considerava-se, para o ano de 2003, que em torno de 5,5 milhões de pessoas viviam em zonas que ofere-

25 A doença de Chagas-Mazza é causada pelo protozoário parasita *Trypanosoma cruzi* e transmitida pelo inseto vetor barbeiro, de ampla distribuição na Argentina, com exceção da Patagônia (SAyDS; PNUD, 2006).

ciam risco de contração da doença (Zeballos, 2005). As cifras sobre a quantidade de pessoas infectadas na Argentina constituem assim um ícone devido a sua magnitude e às possibilidades truncadas de se combater a endemia. Nesse país, embora existam, há décadas, programas de alcance nacional para seu controle e erradicação,²⁶ atualmente persiste, em algumas províncias, a transmissão vetorial ativa, e há um potencial incremento de infectados associado a dificuldades de acompanhamento e vigilância da propagação por parte dos *sistemas de prevenção* provinciais (Zaidenberg et al., 2004). Além disso, a *observação ecotomizada* sobre esse padecimento é reproduzida por organismos supranacionais, que, com frequência, exigem essa doença de seus principais programas de acompanhamento e metas para os países em desenvolvimento.

Cabe mencionar, por último, também a respeito dos processos de fragilização, um aspecto pouco considerado tradicionalmente pelas Ciências Sociais, mas que, na atualidade, ganhou vigência a partir dos paradigmas emergentes sobre desenvolvimento sustentável, promovido por múltiplas agências e organizações sociais. A lógica capitalista, mediante o aproveitamento dos recursos sob sua racionalidade instrumental, leva a graves desequilíbrios que afetam o ambiente e, conseqüentemente, seus povoadores. Como mencionamos anteriormente, as más condições do ambiente constituem uma característica freqüente dos bairros precarizados das cidades. Nesse sentido, podem se propor como figura icônica os fatos relacionados com a inundação ocorrida na cidade argentina de Santa Fé em 2003.

Segundo fontes oficiais, grande parte da cidade encontrou-se, em poucas horas, sob a água; foram atingidas mais de 140 mil pessoas (30% da população), obrigando a evacuação de 75.036 habitantes, atingindo 20 mil propriedades e ocasionando a morte de 22 pessoas por afogamento. Outras estimativas realizadas por organizações de direitos humanos denunciam mais vítimas associadas à inundação, apresentando até 67 casos de morte (Casa de Derechos Humanos..., 2004).

Na sua maior parte, as zonas atingidas eram também as mais vulneráveis do ponto de vista social [...] Em muitos casos, se tratava de assentamentos sem serviços ou com um padrão mínimo e situados num meio

26 Como exemplos, citamos os seguintes organismos e programas: Serviço Nacional de Profilaxia e Luta contra a Doença de Chagas (1952); Instituto Nacional de Diagnóstico e Investigación da Doença de Chagas “Dr. Mario Fatała Chabén” (1973); Comissão Intergovernamental contra a Doença de Chagas (1991); e Programa Dr. Ramón Carrillo (1992), entre outros (Zaidenberg et al., 2004).

ambiental deteriorado e de alto risco. O empobrecimento e a desocupação foram elementos determinantes na ocupação de solos com grande vulnerabilidade ambiental. (Ministerio de Salud..., 2003).

Em um país cujo território não é especialmente afetado por desastres naturais em grande escala, os motivos que produziram esse fato são explicados de modo similar em diferentes fontes. Uma delas afirma:

[...] falta de dados, inexistência de programas de monitoração, obras incompletas, carências de regulações, falta de controle e de planos de contingência não são mais que o reflexo cru de políticas de Estado que não priorizam adequadamente ou o fazem a partir de um olhar distanciado do povo. (Kippes, 2003, p. 10).

Concluindo, é possível observar o processo de fragilização dos corpos como um poliedro em que os múltiplos processos associados ao *continuum* de exclusão-extinção entrelaçam-se e dão conta da lógica sistêmica. As condições vitais degradam-se: na subnutrição de frações da população, na patologização dos corpos, nas condições de vida associadas aos seqüestros institucionais, na guetificação e na segregação do habitat. O significado de nos determos sobre esses processos não foi tanto para medi-los em si mesmo, mas a modulação que assume sua combinação com as condições de vida e trabalho das populações violadas. A governabilidade, assim, expressa-se pela distribuição dos riscos e pelas possibilidades de intervenção. Porém, como já apontamos, não se trata tanto de carências de intervenção, mas, pelo contrário, de sua vigência metódica. As ações governamentais, em consonância com o método científico tecnológico e sua divisão disciplinar, impedem a reunião das provas da convergência da causalidade.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos ampliar o debate acerca da produção social da pobreza e da exclusão, partindo de uma definição particular do sistema capitalista atual pela qual acentuamos o eixo referido ao *continuum* de exclusão-extinção social, passando a seguir a distinguir os diferentes processos que expressam a modulação governamentalizada exercida sobre as populações empobrecidas e excedentes. Entre essas dimensões, estendemo-nos principalmente sobre as formas de desnormalização, os processos de segregação espacial, a gestão punitiva e a fragilização dos corpos.

Assim se tentam explicar, a modo de gerar novas hipóteses e interrogações, os métodos subjacentes relativos tanto aos epifenômenos analisados, como aos seus registros usuais. Embora se forneça informação quantitativa, as cifras não pretendem homologar a eficiência de uma amostra estatística, mas alcançar de certo modo uma indução, como uma maneira de representação tendente a ilustrar o marco conceitual e, complementarmente, intercalar relatos qualitativos como os ícones que guardam a intenção de se formular como representações hologramáticas do conjunto. Com esse recorte, tentamos detectar as formas naturalizadas da modulação nesta etapa do capitalismo fragmentador da força de trabalho, no qual a díade *produtores e a(ex)propriadores* (Grüner, 2005) tende a se diluir ou a se transformar numa tríade com a divisão entre os produtores outrora universais (seja por sua realidade fordista, seja por sua elaboração mítica).

Os processos e os métodos captados, embora guardem, nesta apresentação, a forma de vetores ortogonais ao plano social, não devem ser pensados isoladamente uns dos outros. Como descrevemos, cada dinâmica analisada possui uma especificidade particular, mas deve se notar que essas interseções configuram-se na realidade ajustadas, já que não se trata do relato de incidência microindividual, mas da compreensão dessas regulações sobre a população.

As modulações governamentais convergentes sobre o grupo compreendem, em nova época do capitalismo neoliberal (periférico), a reconcepção de *subcategorias subordinadas* da força de trabalho, de coerção punitiva, de segregação urbana e de patologização, cuja demarcação estigmatizada produz-se ao mesmo tempo que esses efeitos combinados, que aludem conceitualmente ao *Homo sacer* e, desse modo, à caracterização da população extingüível. Por sua vez, é relevante refletir sobre o conflito social e comprovar se essas parcialidades e extremos, provisoriiedades do analisar, falam da mudança. Partindo, como o fizemos, da definição do sistema por meio de um eixo seletivo, isso foi possível na consideração de que a díade produtor-apropriador encontra-se oculta de tal modo, que se dilui esse *outro* que outrora significava uma ponte para o conflito e para a transição para gestar mudança social. É preciso compreender então, nessa metamorfose, que é necessário não só a recuperação do produtor e a distribuição do produto alienado, como também dos métodos que operam como transfundo das práticas governamentais. Nessa proposta, e compartilhando a visão crítica com outros autores, o desafio consiste não só no desenvolvimento conceitual e seu embasamento

empírico, como especialmente na descoberta dos passos de um método governamental que module a população extinguível, na convicção de que, a partir da crítica dessas fraturas, são possíveis uma reconcepção e uma transformação em distintos níveis: político, conceitual e epistemológico (Bialakowsky et al., 2006b).

Deve se assinalar, como se antecipava, que a análise aqui desenvolvida não substitui a utopia, senão que considera que ela deve abranger não só os conteúdos epifenomênicos, mas também uma mudança radical do método que, recursivamente, abranja também a produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. El poder soberano y la nuda vida I. Valencia: Pre-Textos, 2003.

_____. *Estado de excepción. Homo sacer*; II, I. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2004.

ALERTA ARGENTINA. *Derechos humanos en la Argentina – Informe 2005*, Buenos Aires: Ed. Tierra del Sur, 2006.

ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005

ANTUNES, Ricardo. *¿Adiós al trabajo?* Ensayo sobre la metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.

_____. *Los sentidos del trabajo*: ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo. Buenos Aires: Ediciones Herramienta-Taller de Estudios Laborales, 2005.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós, 2002.

BERGALLI, Roberto. La caída de los mitos (algunos datos para ilustrar la relación entre post-Modernidad y secuestros institucionales). Apuntes para la discusión. In: RIVERA BEIRAS, Iñaki, DOBÓN, Juan. *Secuestros institucionales y derechos humanos*. Barcelona: Ma. Jesús Bosch, 1997.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Fuerte apache, de la salud de la violencia o de la violencia de la salud. *Salud Problema y Debate*, Buenos Aires, año XI, n. 23, 2001.

_____. Procesos sociales de exclusión-extinción. Comprender y coproducir en las prácticas institucionales de núcleos urbanos segregados. In: MOTA DÍAZ, Laura; CATTANI, Antonio D. (Coord.). *Desigualdad, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina*. México: UAEM, 2004.

_____. Núcleos urbanos segregados. Proceso de exclusión-extinción social y prácticas institucionales. In: WEINSTEIN, O. (Comp). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Familias, estallidos y modulaciones. Gubernamentalidad en los procesos de exclusión-extinción social. In: EROLES, C. (Coord.). *Familia(s) estallido, puente y diversidad: una mirada transdisciplinaria de derechos humanos*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2006a.

_____. Capitalismo y método. Alternativas de la coproducción investigativa. *Laboratorio/n Line*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, año VII, n. 19, out./inv. 2006b.

BLANCO, Gabriela A.; AROSIO, Norma B. *La respuesta social a la epidemia de SIDA en la ciudad de Buenos Aires*. 2005. Disponible em: <www.sasnac.org.ar/docs/cienciassociales/la_respuesta_epidemia_sida.pdf>.

BORÓN, Atilio. La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, CLACSO, año 5, n. 13, jan./abr. 2004.

BORTHAGARAY, Juan Manuel. Introducción y encuadre. In:_____. WEINSTEIN, O. (Comp). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

BRICCHETTO, Nora. Política de vivienda en la Argentina (1989-1999). In: WEINSTEIN, O. (Comp.). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

CÁCERES, Carlos F. La prevención del VHI/SIDA en América Latina y el Caribe. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2002. (Serie de informes técnicos del Departamento de Desarrollo Sostenible).

CASA DE DERECHOS HUMANOS SANTA FENÓMENO. *Segundo informe sobre muertes a causa de la inundación. A 16 meses de la catástrofe, em Canoa, Hábitat popular*. 2004. Disponible em: <www.canoa.org.ar/DDHH03.shtml>.

CASTEL, Robert. *La metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Argentina: Paidós, 2001.

_____. *La inseguridad social*. Buenos Aires: Manatíal, 2004.

CATTANI, Antonio D. La vida precaria: bases para la nueva desigualdad. In: MOTA DÍAZ, Laura; CATTANI, Antonio D. (Coord.). *Desigualdad, pobreza, exclusión y vulnerabilidad en América Latina: nuevas perspectivas analíticas*. México: UAEM, 2004.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). 2005a. Disponible em: <www.cels.org.ar>.

_____. 2005b. Disponible em: <www.cels.org.ar/Site_cels/publicaciones/informes_pdf/2001.Capitulo3.pdf>.

CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. 2004. Disponível em: <www.eclac.cl>.

_____. *Panorama Social de América Latina 2005*. Disponível em: <www.eclac.cl>.

CIMADAMORE, Alberto. Prefacio. In: _____. ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Cooperative Research Programme on Poverty (CROP), 2005.

CONSEJO NACIONAL DE COORDINACIÓN DE POLÍTICAS SOCIALES (CN-CPS). *Objetivos de desarrollo del milenio*. Informe país. Argentina: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo; Consejo Nacional de Políticas Sociales; Presidencia de la Nación, 2005.

COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL (CORREPI). *Informe anual 2005*. Disponível em: <www.correpi.lahaine.org/>.

DAROQUI, Alcira. El Estado penal. *Revista Encrucijadas*, Buenos Aires, año 1, v. 11, 2001.

Del BONO, Andrea. *Telefónica*. Trabajo degradado en la era de la información. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002.

DIARIO CLARÍN. Buenos Aires, domingo, 27 mar. 2005.

_____. Buenos Aires, sexta-feira, 15 abr. 2005.

DIARIO CLARÍN. *Otra pelea entre presos en Coronda*. Buenos Aires, 6 maio, 2005.

_____. *Un guardia dice que sus colegas facilitaron la masacre*. Buenos Aires, 13 maio, 2005.

_____. *Crisis en el sistema penitenciario*. Buenos Aires, quinta-feira, 4 jul. 2005.

DIRECCIÓN NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL (DNPC). *Documento de trabajo, sistema penitenciario en la Republica Argentina*. 2005. Disponível em: <www.polcrim.jus.gov.ar>.

ESPOSITO, Roberto. *Immunitas: protección y negación de la vida*. Provincia de Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2005.

FAIVRE, Mederico. La arquitectura de la ciudad en estado de excepción. In: WEINSTEIN, O. (Comp). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

FEIERSTEIN, Daniel. El fin de la ilusión de autonomía. In: _____. *Genocidio: la administración de la muerte en la modernidad*. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2005.

FOUCAULT, Michel. *La verdad y la formas jurídicas*. México: Gedisa, 1986.

_____. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1989a.

_____. El ojo del poder. In: _____. *El panóptica*. Madri: Las Ediciones de La Piqueta, 1989b.

- _____. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000
- _____. *Seguridad, territorio, población*. Curso en el Collège de France (1977-1978). Provincia de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GARLAND, David. *La cultura del control*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2005.
- GOBIERNO DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (GCBA). 2005. Disponível em: <www.buenosAires.gov.ar>.
- GRÜNER, Eduardo. In(tro)ducción: el principio de la historia y el inconsciente político. In: _____. *La casa política o el acecho de lo real*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- GUEMUREMAN, Silvia. Juventud, maltrecho tesoro. *Revista Encrucijadas*, Buenos Aires, año 1, v. 11, 2001.
- GUEMUREMAN Silvia; AZCÁRATE Julieta. *Población alojada en institutos de seguridad y asistenciales*. Una mirada necesaria. Informe de situación correspondiente al año 2004. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriojovenes.com.ar/>>.
- HARVEY, David. La ciudad como cuerpo político. Entrevista. *Revista de Cultura Ñ*, Buenos Aires, n. 160, 21 out. 2006.
- HOFFNER, Sven. *Tuberculosis*. A disease of the underprivileged. 2000. Disponível em: <www.prisonstudies.org>. Acesso em 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. Ministerio de Economía. *Encuesta permanente de hogares continua*. Disponível em: <www.indec.gov.ar>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- _____. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001*. Disponível em: <www.indec.gov.ar>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- KIPPES, Romina. ¿Por qué y cómo se inundó Santa Fe? Causas naturales y antrópicas. *Revista Encrucijadas*, Buenos Aires, n 23, Sep. 2003.
- MARTÍNEZ, Clarisa. Redefiniciones de la política de radicación de villas de la ciudad de Buenos Aires: período 1984-2000. *Revista Mundo Urbano*, n. 19, 2003. Disponível em: <<http://www.mundourbano.unq.edu.ar>>.
- _____. Juegos de reconocimiento del derecho al espacio urbano en la ciudad de Buenos Aires: el caso de la política de radicación de villas. *Laboratorio/n line, Revista de Estudios Sobre Cambio Social*, ano IV, n 16, 2004. Disponível em: <<http://www.catedras.fsoc.uba.ar/salvia/lavbo.htm>>.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Siglo XXI ¿Socialismo o barbarie?* Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.
- MINISTERIO DE ECONOMÍA *Componentes macroeconómicos sectoriales y microeconómicos para una estrategia nacional de desarrollo. Lineamientos para fortalecer las fuentes del crecimiento económico*. Resumen Ejecutivo. 2003.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. Dirección Nacional de Política Criminal. *Investigación sobre niños y adolescentes en conflicto con la ley penal*. 2005. Disponível em: <www.polcrim.jus.gov.ar>, <www.jus.gov.ar>.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN (MJyDD); UNICEF. *Privados de libertad. situación de niños, niñas y adolescentes en la Argentina*. 2006. Disponível em: <http://www.derhuman.jus.gov.ar/institucional/publicaciones/publicaciones/otras/pdf/PrivadosdeLibertad.pdf>.

MINISTERIO DE SALUD Y AMBIENTE DE LA NACIÓN. *Manejo de desastres por inundaciones. La inundación en la provincia de Santa Fe – Argentina, abril-junho de 2003*.

_____. Programa Nacional de Lucha contra los Retrovirus del Humano, SIDA y ETS 2005. *Boletín sobre el VIH/ sida en la Argentina*.

MINISTERIO DE TRABAJO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL. *Informes y estadísticas 2006*. Disponível em: <www.trabajo.gov.ar>. Acesso em: 14 ago. 2006.

MORALES, Diego. Las enfermedades de la pobreza y el acceso a la salud pública. *Informe Anual 2001 del Centro de Estudios Legales y Sociales*, Buenos Aires, 2001.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educación en la era planetaria: el pensamiento complejo como método de aprendizaje en el error y la incertidumbre humana*. Salamanca: UNESCO; Universidad de Valladolid, 2002.

NISTAL, María Adela I.; VIDAL, Sonia. La geografía de los asentamientos precarios en el AMBA. In: WEINSTEIN, O. (Comp.). *Hacia la gestión de un hábitat sostenible*. Buenos Aires: Nobuko, 2005.

NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: FCE, 2001.

OIT. *Tendencias mundiales del empleo juvenil*. Ginebra, 2004.

ONU. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Objetivos de desarrollo del milenio. Una mirada desde América Latina y El Caribe*. Santiago de Chile, Naciones Unidas, 2005.

PAVÓN, Héctor. Grandes urbes a la intemperie. *Revista de Cultura Ñ*, Buenos Aires, n. 160, 21 out. 2006.

QUEIROZ Ribeiro, Luis Cesar. Segregación residencial y segmentación social: el “efecto vecindario” en la reproducción de la pobreza en las metrópolis brasileñas”. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Cooperative Research Programme on Poverty (CROP), 2005.

ROSE, Nicolás. The death of the social? Re-figuring the territory of the government. *Economy and Society*, v. 25, n. 3, ago. 1996.

ROZAS DENNOS, Gabriela S. Enfermedad de Chagas-Mazza en Bahía Blanca. Acciones de control de vinchucas y tareas de prevención. *Revista del Consejo Profesional de Ciencias Naturales de la Provincia de Buenos Aires*, La Plata, año 1, n. 2, set. 2005.

SALVIA, Agustín. Crisis del empleo y nueva marginalidad: el papel de las economías de la pobreza en tiempos de cambio social. In: MALLIMACI, Fortunato; SALVIA, Agustín (Coord.). *Los nuevos rostros de la marginalidad: la supervivencia de los desplazados*. Buenos Aires: Biblos, 2005.

_____. Los desafíos de medir el desarrollo humano en una Argentina de grandes privaciones y desigualdades. In: DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIÓN INSTITUCIONAL DE LA UCA. *Barómetro de la deuda social argentina: las desigualdades persistentes*. Buenos Aires: Educa, 2006.

SECRETARÍA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE (SAyDS). Jefatura de Gabinete de Ministros, República Argentina. *Sistema de Indicadores de Desarrollo Sostenible República Argentina*. 2006.

SECRETARÍA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE (SAyDS); PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUD). *Iniciativa latinoamericana y caribeña para el desarrollo sostenible. Indicadores de seguimiento: Argentina* 2006. Buenos Aires, 2006.

SERVICIO PENITENCIARIO FEDERAL ARGENTINO (SPF). 2005. Disponible em: <www.spf.jus.gov.ar>.

SISTEMA DE INFORMACIÓN, MONITOREO Y EVALUACIÓN DE PROGRAMAS DE EMPLEO (SIEMPRO); Secretaría de Empleo, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. *Informe resumen de situación del programa Jefes de Hagar*. 2005a. Disponible em: <www.trabajo.gov.ar>.

_____. *Informe de cobertura social del perfil de los beneficiarios*. 2005b. Disponible em: <www.trabajo.gov.ar>.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Reinventar la democracia. Reinventar el Estado*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*, CLACSO, Buenos Aires, 2006.

WACQUANT, Loic *Las cárceles de la miseria*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

_____. *Parias urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

ZAIDEMBERG, Mario; SPILLMANN, Cyntia; CARRIZO PÁEZ, Rubén. Control de Chagas en la Argentina. *Revista Argentina de Cardiología*, v. 72, n. 5, set./out. 2004.

ZEBALLOS, José Luis. *Argentina: efectos sociosanitarios de la crisis. 2001-2003*. Organización Panamericana de la Salud, 2005. Disponible em: <www.ops.org.ar/Files/OPS_Pub.57%20Efectos.pdf>.